

“Brasilidade X Platinidade”: a construção historiográfica acerca das revoluções sul-rio-grandenses

Francisco das Neves Alves (FURG, Brasil) *

A formação histórica do Rio Grande do Sul foi profundamente influenciada pela sua posição geográfica – mais do que uma zona de fronteira, um caminho aberto em direção a seus vizinhos platinos e separado daqueles por limites instáveis e variáveis ao longo do tempo. Neste quadro, os processos revolucionários ocorridos nas terras gaúchas apresentaram significativas similitudes geo-históricas com o Prata, além de uma constante interpenetração de elementos humanos e materiais nas revoluções de parte a parte. Neste contexto, a historiografia tradicional atuou decisivamente na criação de identidades para aqueles processos, elegendo alguns dos movimentos como apanágio da nacionalidade brasileira e relegando outros a um segundo plano, menosprezando-os e aproximando-os das “caudilhescas” rebeliões platinas. Este discurso historiográfico esteve inserido num processo de criação de identidades nacionais/nacionalistas típicas da conjuntura brasileira, latino-americana e mundial das décadas de 1920 a 1950 e constitui-se no objeto de estudo deste trabalho, tomando por base as interpretações/descrições históricas entabuladas a partir da historiografia tradicional gaúcha acerca de alguns dos processos revolucionários que marcaram a formação histórica rio-grandense. Neste quadro serão analisados os discursos historiográficos empreendidos a respeito da Revolta dos Dragões e das comparações realizadas quanto à Revolução Federalista e a Revolução Farroupilha. Neste quadro a Farroupilha é reconstruída historicamente como a pedra de toque da evolução histórica sul-rio-grandense, tornando-se para a historiografia tradicional um verdadeiro referencial para as interpretações sobre todos os outros movimentos rebeldes ocorridos no Rio Grande do Sul.

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreender-se – numa preocupação de totalidade – este passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das idéias desfigurará com o passar do tempo. A historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analise; portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito. Fazer ciência da historiografia exige procedimentos a partir das motivações e da contemporaneidade das novas gerações, porém, utilizando categorias pertinentes ao objeto. Em outras palavras, os homens refazem continuamente a história partindo da organização material no cotidiano de uma determinada sociedade e rescrevem a historiografia. Ao realizarem releituras do conhecimento com base no saber historiográfico, rumam para novos momentos em que o presente será historiografia: um objeto de tensões e críticas a ser recriado pelas gerações futuras (Alves & Torres. p. 11).

A “primeira” revolta gaúcha e a gênese do “espírito revolucionário” sul-rio-grandense

* Professor do Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A Revolta dos Dragões, ocorrida em 1742, refletiu as amplas dificuldades pelas quais passaram os primeiros habitantes do Presídio Jesus-Maria-José, origem da cidade do Rio Grande, percalços estes promovidos mormente a partir das penosas condições de infra-estrutura e de abastecimento da recém-fundada povoação. Os dragões, regimento especial que atuava como cavalaria ou infantaria que serviu à defesa do novo povoamento, rebelaram-se tendo em vista à rigorosa disciplina e à repressão dos oficiais superiores, bem como à falta de mantimentos, fardamentos e o grande atraso de seus soldos. Refletia-se, assim, dentre os militares, os graves obstáculos enfrentados pelo conjunto da comunidade, constituindo-se a revolta, neste sentido, num movimento de conteúdo social que, inclusive, contou com o apoio de significativa parte da população. Ao longo do período transcorrido entre o final da década de 1920 e a segunda metade do decênio seguinte, uma série de trabalhos foram publicados a respeito dos dragões e da rebelião por estes promovida nos primórdios da ocupação portuguesa no território sul-rio-grandense.

Estes ensaios foram elaborados por alguns dos principais representantes da produção histórico-intelectual de então, como Aurélio Porto, Walter Spalding, João Borges Fortes, Fernando Luiz Osório e Jônatas da Costa Rego Monteiro, e, na forma de estudos de caso, permitem uma análise dos fundamentos historiográficos que orientaram a realização desses escritos. A temática dos dragões e da revolta por eles entabulada foi interpretada, nos anos vinte e trinta, sob o prisma da historiografia tradicional (ver Torres, 1992. p. 97-8), caracterizando-se, geralmente, pela abordagem do particular pelo particular; por uma atitude de contemplação do passado; pela supervalorização do papel do indivíduo como agente transformador da história; pela busca de um estudo neutro do fatos; e pela narração linear dos acontecimentos. Além disto, estes textos se inseriram na construção de um discurso historiográfico lusitano (ver Gutfreind. p. 37-113; e Torres, 1998. p. 13-67), cujas análises visam explicar a evolução histórica gaúcha tendo a sua essência e seu elemento motor exclusivamente orientados pela formação luso-brasileira.

De acordo com esta tendência historiográfica, os dragões aparecem como verdadeiras lendas, símbolos do Rio Grande do Sul e de seu povo, sendo glorificados, heroificados e até mitificados. Nesta linha, os autores referem-se a “esses lendários dragões”, os “primeiros soldados mártires do Rio Grande, esses primeiros rio-grandenses soldados, radicados à gleba, que infundiram aos heróis desse pago a primeira lição de fidelidade e, ao mesmo tempo, de valor e energia” (Spalding, 1937. p.137, 152-3). Os militares são também apresentados como um “símbolo admirável”, o do “Dragão do Pampa”, ou seja, o “primeiro soldado rio-grandense, soldado do sonho e da lenda, que se atirou aos trabalhos do campo e às lides marciais”, verdadeiras “águias com asas de minuanos, no alado zelo dos dragões da lenda, nas fronteiras abertas do Brasil”. Segundo estes escritores, os dragões representavam “a coluna mestra da civilização do Rio Grande”, simbolizando “o Rio Grande heróico, o sentimento da terra, o idealismo e a grandeza da raça” e constituindo-se no “paladino intrépido da novel unidade política, defensor incansável do Continente, fecundo instrumento propulsor da civilização do Rio Grande” (Osório. p. 169-72), de modo que “ninguém melhor simboliza o Rio Grande de todos os tempos” como o membros do regimento gaúcho de dragões. (Porto. p. 3).

Nesta perspectiva, aos dragões é também atribuída a gênese da figura do gaúcho,

afirmando-se que foi à época deles “que se criou, nas campanhas do sul, esse tipo que se tornou lendário – o gaúcho – guarda indefectível da fronteira, batedor formidável da savana, posto ali como antemural”, constituindo-se na “alma do Rio Grande do Sul” (Spalding, 1936. p. 236). O dragão é, assim, apontado como a “figura lendária de soldado que estratifica as mais nobres tradições gaúchas”, formando “este tipo característico da nação, o vencedor indomável do pago, - o gaúcho, meio selvagem, meio bárbaro, nas facetas do seu caráter inquebrantável da sua altivez de ‘monarca’ do seu fanatismo pela liberdade”, formando-se, através dele, “a verdadeira, a genuína alma rio-grandense” e plasmando-se, “no seu tipo primitivo, o caráter gaúcho” (Porto. p. 3).

Na concepção destes historiadores, os dragões são apresentados como precursores na defesa do território e no alargamento das fronteiras sul-rio-grandenses, tendo em vista que esta “formação militar (...) se esmerou e batalhou, não só pela defesa do território, como também para aumentá-lo, no decorrer dos tempos” (Monteiro. p. 127). Como “sentinelas avançadas da Pátria”, os dragões teriam lutado, “gizando novas fronteiras, pela integridade da terra, muralhando com o peito varonil, as lindes meridionais” do país. Neste contexto, é também destacada a importância dos dragões para o processo de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, pois o mesmo espalhara-se “por toda parte no território rio-grandense”, promovendo “o povoamento de mais de dois terços do Rio Grande, na sua expansão”, ao tornar-se “o agricultor que deixa a um canto do rancho a clavina de pederneira e lança-se à rabiça do arado” (Porto. p. 3); numa “obra meritória que os radicaria para sempre ao solo sagrado da terra que lhes viu os sofrimentos e as dores” (Spalding, 1937. p.159-60).

Na mesma linha, os militares são apontados como responsáveis na gestação da aristocracia gaúcha, destacando-se que “o dragão é o formador das clãs rurais”, ou seja, “o criador, que funda no solar das estâncias, o patriarcado rio-gradense”, tornando-se “um núcleo local de famílias de elite”, de modo que, “em sua grande maioria, as atuais famílias do Rio Grande, aquelas que mais atuaram no passado e mais se distinguem no presente, têm por tronco o velho soldado gaúcho” (Porto. p.3). Neste sentido, explica-se que “foi, sem dúvida, esse glorioso regimento de dragões que plasmou, na sua caserna, o soldado rio-grandense”, pois dali “saíram os Pereira Pinto, os Mena Barreto, os Rodrigues Barbosa, os Alencastre, os Corrêa da Câmara e, enfim, todos esses que, com orgulho, a história, não só a do Rio Grande do Sul, mas do Brasil registra” (Spalding, 1936. p. 236).

Quanto aos fatores promotores da Revolta dos Dragões, os autores buscam se concentrar na situação de penúria passada pelos soldados, em sua “tarefa infinita de levantar trincheiras, de construir muralhas, de transportar materiais escassos, de defender postos”, tendo de enfrentar “o inimigo próximo que os ameaçava permanentemente”; além de suportar os “requintes de crueldade” de seus superiores que lhes “ofendiam os brios humanos e a dignidade de soldados”; além da falta de soldos, fardamentos e alimentação, numa “vida de sacrifícios, de misérias, de angústias”. Diante desta situação, argumenta-se que “aquele surto de rebeldia era justo, humano, iluminado pela bondade divina”, ainda mais que os militares, mesmo rebelados, numa prova de seu “patriotismo”, não teriam abandonado suas funções de defesa do território, de modo que, “aparentemente fora da lei, eles cumpriam os seus deveres de guardas da bandeira de sua Pátria, de defensores das linhas confiadas ao seu valor, de depositários da honra militar” (Borges Fortes. p. 2).

A rebelião promovida pelos dragões em 1742, aparece entre estes historiadores como a inauguradora de uma tradição revolucionária dos rio-grandenses que viria a se repetir ao longo da formação histórica gaúcha. Neste sentido, estes autores buscam estabelecer uma correlação entre a “primeira revolução que se fez em território sul-rio-grandense” (Spalding, 1937. p. 137) e a Revolução Farroupilha, ao identificar em ambas a luta da liberdade contra o autoritarismo. De acordo com esta concepção, ao se revoltar, os dragões “decidiram não obedecer mais aos tiranos (...) todos firmes na revolta contra a opressão”, uma vez que “a lei exigia-lhes muito; prometia-lhes tudo; o governo falhava-lhes também com tudo e maltratava, aviltava e sacrificava” (Borges Fortes. p. 2). Já o perdão concedido pelas autoridades lusas é comparado à *paz honrosa* dos farrapos, ao entabular-se a explicação de que os dragões foram “melhor tratados depois da ousada rebelião”, bem como “olhados com mais respeito pelos Vice-Reis do Brasil”, que “reconheceram, afinal, que eram eles os legítimos baluartes da defesa das fronteiras do Sul”. Assim, segundo estes escritores, “a história se repete” (Spalding, 1937. p.153 e 160), e, no “primeiro levante no Rio Grande do Sul”, os dragões “calcaram a lei para firmarem o direito” (Borges Fortes. p. 2).

A tendência historiográfica luso-brasileira para explicar a formação histórica rio-grandense também se manifesta nestes escritos sobre os dragões. Em oposição à platinidade como pressuposto explicativo à formação gaúcha, de acordo com aquela tendência, afirma-se que a ação dos dragões em muito contribuíra à ocupação lusitana do Brasil Meridional, mormente na edificação das estâncias, “que tanta influência tiveram na vida desta gleba que muitos ainda teimam em dizer castelhana” (Spalding, 1937. p. 138). Nesta linha, os dragões aparecem como os “heróicos fundadores do povo continentista”, os “plasmadores da alma gaúcha” (Porto. p. 3) que, ao lado de outros segmentos, serviriam para confirmar a premissa de que a matriz luso-brasileira fora a única a ter um real, direto e objetivo papel na constituição populacional do Rio Grande do Sul. Assim, destaca-se que era “útil aos destinos sociais do Brasil” buscar “as raízes portuguesas dos seus grandes homens, que representam as razões étnicas e culturais na Sul-América”, de maneira que seria “um título de honra para os filhos do Continente descender dos Lagunistas, dos Dragões, dos Colonistas ou dos Ilhéus Açorianos, origem do famoso Estado do Rio Grande, cuja população vivaz e progressiva é uma das glórias da nossa raça” (Osório. p. 173 e 184).

Assim, a historiografia tradicional, ao longo das décadas de vinte e trinta buscou resgatar a figura dos dragões e a revolta por eles promovida como um elemento constitutivo fundamental à formação da terra e do povo sul-rio-grandenses. Neste quadro, o dragão foi estereotipado como o herói, a lenda viva, que levou a um bom termo o processo de conquista territorial, pois, como soldado, fora o defensor e entabulara o avanço das fronteiras e, como agricultor, trabalhara pela fixação do homem ao solo conquistado. Esta visão do regimento de dragões como o responsável pelo avanço das fronteiras nacionais constitui-se numa construção histórica de recorrência comum aos trabalhos dos historiadores tradicionais, no conjunto da historiografia brasileira, ao eleger-se o bandeirante como o indivíduo a frente do seu tempo que, nos seus atos, antecipara a ação da conquista do território nacional. Nesta linha, para os historiadores gaúchos, o dragão representava a versão sul-rio-grandense do bandeirante paulista, que junto aos outros segmentos luso-brasileiros como lagunistas e açorianos executara significativo papel para a edificação do Rio Grande do Sul.

Para os autores destes ensaios, a Revolta dos Dragões fora um movimento de cunho exclusivamente militar, não sendo abordado todo o conteúdo social que marcou o movimento, tendo em vista o apoio do conjunto da população que também padecia das mesmas dificuldades intrínsecas aquele recém-fundado povoamento. Segundo estes escritores, a rebelião promovida em 1742 representava também o movimento que inaugurava o “espírito” revolucionário e reivindicador dos gaúchos que viria a se repetir, no futuro, numa direta relação com a Revolução Farroupilha, ao destacar a justeza do movimento da “liberdade” contra a “tirania”; o direito à revolução contra os governantes opressores; o patriotismo e a fidelidade à nação dos promotores da revolta; e a pacificação com honra, diante da estratégica posição ocupada pelos rio-grandenses na manutenção da defesa das fronteiras. Além disto, as possibilidades de conversão à Coroa Espanhola – que chegou a ser cogitada entre os rebelados – foi relegada por estes historiadores, que não podiam admitir qualquer inter-relação com o contexto platino. Assim, os historiadores rio-grandenses, entre o final dos anos 1920 e o decênio seguinte, plasmaram para os dragões a imagem do herói mítico e lendário que trouxera em si o gérmen da “alma gaúcha”.

A revolução “ideal e brasileira” em contraponto com a revolução “platina caudilhesca”: Farroupilha X Federalista

As contradições e conflitos políticos prementes no Rio Grande do Sul à época da transição Monarquia – República não foram resolvidos com a deflagração, o desenvolvimento e mesmo após a pacificação da Revolução Federalista, ao contrário, as divergências partidárias agravaram-se ainda mais após a vitória de Júlio de Castilhos que, sucedido pelo seu herdeiro partidário Borges de Medeiros, iriam dominar o governo rio-grandense ao longo de quase toda a República Velha. Deste modo a Revolução de 1893 não se encerrou em si mesma, deitando raízes profundas que viriam a se manifestar ao longo das décadas seguintes, inclusive com a eclosão de novos focos revolucionários. Nesta linha, ódios, paixões e violências caracterizaram o cenário político sul-rio-grandense durante os primeiros tempos republicanos e estes elementos marcariam decisivamente a produção intelectual e historiográfica entabulada a respeito da vida gaúcha durante os primórdios da nova forma de governo.

Neste sentido, a historiografia produzida acerca da Revolução Federalista foi, durante longo período, entranhada daquele conteúdo de profundas divergências políticas e ideológicas¹. Caracterizaram-se, assim, as obras mais recentes em relação ao deflagrar do movimento pelo partidarismo, pois a guerra civil provocara um acirramento de ânimos irremediável entre as forças em disputa e estes conflitos transpuseram-se para os escritos sobre aqueles acontecimentos, que, até significativa parte do século XX, foram realizados por elementos ligados ou ao castilhismo-borgismo ou aos representantes das frentes anti-castilhistas. Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram realizadas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Deste modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas,

¹ Sobre a produção historiográfica a respeito da Revolução Federalista, ver: Piccolo. p. 65-82.; Flores, 1993. p. 117-28.; Alves, 1995a. p. 167-80.; Alves, 1995b. p. 91-106.; Alves, 1996. p. 85-101.; Alves, 1997. p. 35-44.; Alves, 1998a. p. 269-73.; Alves, 1998b. p. 31-43..

deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defendendo suas idéias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista. Neste quadro, os autores destas obras calcadas no partidarismo constituíram-se em verdadeiros arautos das agremiações político-partidárias, promovendo o debate e defendendo as causas e os modos de agir e pensar dos grupos em confronto.

Afora estas obras evidentemente partidárias, o envolvimento com as paixões políticas que cercou a vida gaúcha, mesmo após o encerramento da Revolução, levou a um certo silenciamento dos trabalhos históricos sobre o confronto partidário-político que marcara os primeiros anos da forma republicana no Rio Grande do Sul. Além disto, o vitorioso modelo castihista-borgista iria exercer uma influência direta e incisiva sobre a produção histórica de então. Exemplo disto, foram as obras históricas produzidas com um caráter didático, nas quais, em relação à Revolução Federalista, as abordagens insistiam na integridade do acontecer histórico, evitando o enfoque nas divisões e conflitos dos grupos dominantes, harmonizando o presente, a partir de uma leitura do passado repleto de personalidades enaltecidas e exemplos de civismo, e este legado histórico-cultural refletia-se na ação moralizadora e honesta dos homens que edificavam o progresso da sociedade rio-grandense. Neste sentido, aos “espíritos infantis” não caberia destacar os momentos de exacerbação do choque entre os grupos dominantes com cenas covardes e degolamentos, nem reproduzir antagonismos ou ódios entre “irmãos”. Assim, segundo esta concepção, a Revolução de 1893 ocorrera com “naturalidade”, ou seja, fora oriunda das paixões partidárias, ou ainda fora um momento historiográfico incômodo – por isso abordado com brevidade ou evitado – que o progresso do período borgista dissolveria num passe de mágica, num quadro em que o silêncio e a simulação da harmonia foram recursos contínuos (Torres, 1993. p. 87-8).

Esta negligência quanto às informações/interpretações históricas a respeito da Revolução Federalista não marcou apenas os compêndios, como também a produção em geral sobre a História do Rio Grande do Sul, durante várias décadas. A historiografia tradicional e/ou oficial gaúcha também relegou à Federalista um espaço de importância menor no quadro da evolução histórica sul-rio-grandense. O confronto foi analisado essencialmente em seu conteúdo militar, ou ainda, reduzido a um confronto de individualidades, ou seja, uma disputa personalista entre as lideranças governistas e as oposicionistas. Fica ausente nestas abordagens, qualquer objetivo de inserir o conflito numa conjuntura mais ampla, ou ainda de analisar o conteúdo social e econômico como elementos motores também fundamentais no desenrolar dos acontecimentos, como, aliás, é típico da historiografia oficial (cfe. Pesavento, 1980. p. 83). A historiografia tradicional não apresentou tão somente uma visão reducionista acerca da Revolução Federalista, como ainda buscou diminuir ou até anular o real significado deste evento para o conjunto da História do Rio Grande do Sul. Intentava-se, assim, instituir uma verdadeira memória controlada, alicerçada na manipulação e na reconstrução do passado, visando determinados fins. Uma memória construída neste sentido, implicou num processo seletivo de textos e imagens, ressaltando certos dados e eliminando ou desconsiderando outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido (Pesavento,

1993. p. 15).

Além disto, a Revolução de 1893 foi, por esta vertente historiográfica, constantemente comparada com a Revolução Farroupilha e, num quadro que visava legitimar a imagem de um Rio Grande do Sul integrado ao todo nacional, essa revolta foi reconstruída e idealizada como o movimento que demonstrava a brasilidade dos gaúchos, ao passo que a Federalista, com seu conteúdo de acirrada divisão partidária, era considerada como o exemplo típico da revolta caudilhesca e violenta que em nada contribuía para a inserção rio-grandense-do-sul à comunhão nacional. Este modelo de comparação, estabelecido a partir de idéias preconcebidas e carregadas de preconceitos, e construído para legitimar pressupostos político-ideológicos então em voga, tornou-se recorrente em grande parte da produção intelectual acerca da história gaúcha e viria a ser reproduzido por décadas.

Um dos trabalhos de natureza “didática” que pode exemplificar estas distinções propositais no tratamento da Farroupilha e da Federalista foi o livro *História do Rio Grande do Sul* de Stella Dantas de Gusmão. Nesta obra, a autora dá um tratamento completamente diferenciado em relação aos dois eventos, aparecendo a Revolução Farroupilha e seus promotores sempre com qualificativos positivos como “patriótico”, “heróico”, “digno”, “denodado”, “venerado”, “idolatrado”, “hábil guerreiro”, “valoroso”, “infatigável”, “glorioso” e “altivo”; além disto a escritora enaltecia a luta da liberdade contra a tirania como o apanágio que levava à Farroupilha, afirmando que os rebeldes eram uma “falange de bravos que ousaram revoltar-se contra os desatinos de autoridades venais, protegidas por instituições caducas”, dando provas de “patriotismo, nobreza e bravura”, até a pacificação, que teria sido a demonstração maior da “honra impoluta e a nobre altivez dos republicanos rio-grandenses” que, como prova de sua brasilidade, teriam aceito a paz para que, “unidos, os brasileiros melhor defendessem a pátria seriamente ameaçada pelo estrangeiro audaz”, numa referência à conjuntura platina, com a qual a autora nega qualquer conexão em relação à Farroupilha. Já à Federalista, é dedicado um espaço extremamente menor na obra de Stella Dantas, no qual foi destacado o papel do “poderoso partido republicano”, revelando à subserviência ao sistema castilhistaborgista; ao estabelecer a narração sobre o movimento de 1893-5, a autora é notadamente sucinta, limitando-se a afirmar que em fevereiro de 1893 “começou então para o Rio Grande do Sul o horrível flagelo denominado guerra civil” e, após algumas poucas linhas de descrição, passava à pacificação de 1895, enaltecendo a paz como o passo decisivo em direção à normalidade no Estado, “alterada pela excessiva e lamentável paixão partidária” (Gusmão. p. 65-173). Neste sentido, numa obra que durante anos serviria como referencial ao ensino da formação histórica do Rio Grande do Sul, ao passo que a Revolução Farroupilha era construída como o mais marcante movimento que marcara a história gaúcha, à Federalista cabia um abrupto silenciar.

Outra “história geral” do Rio Grande do Sul, publicada bem mais tarde que a de Stella Dantas de Gusmão – demonstrando a permanência desta diferenciação no tratamento dos dois processos revolucionários na historiografia tradicional gaúcha –, que exemplifica a dicotomia no estudo da Farroupilha e da Federalista, foi o *Compêndio de História do Rio Grande do Sul* de Amyr Borges Fortes. Para o autor, a Revolução Farroupilha constituía-se numa “jornada de heroísmo, fausto magno entre nossas melhores tradições guerreiras, que serviu para afirmar o destemor de uma raça

nova que se formava no sul do Brasil” e que soubera “erguer, acima de suas próprias aspirações o sentimento de brasilidade indispensável à manutenção de uma pátria unida, forte e respeitada”. Em outra perspectiva, o escritor apontava a Federalista como a “luta civil” que “incendiava” o Rio Grande do Sul, a qual “estava destinada a ser uma das mais sangrentas pugnas já travadas em torrão gaúcho, trazendo lágrimas e luto para os lares de nossa terra”. Ainda a respeito do movimento de 1893-5, Fortes afirmava que “infelizmente, esta revolução foi marcada por numerosos atos de crueldade, fixados na história rio-grandense como verdadeiras páginas negras entre aquelas que tanto orgulham e enobrecem nossos ascendentes” (Borges Fortes, A. p. 98 e 125-7). Fica expressa mais uma vez, em Amyr Borges Fortes, a cristalização de estereótipos, com a brasilidade e justeza da Farroupilha em oposição à “pura violência” e partidarismo da Federalista, tornando-a, segundo esta concepção, digna de um quase esquecimento histórico.

Uma série de outros livros e ensaios serviriam para confirmar esta premissa de construções historiográficas diferenciadas acerca da Farroupilha e da Federalista. Ainda a título de exemplo, podem ser citados os escritos de Lindolfo Collor e Salis Goulart. No artigo “A profecia de Bolívar”, Lindolfo Collor, fazendo referência aos processos revolucionários que marcavam a América do Sul e o Brasil desde o século XIX até as primeiras décadas da centúria seguinte, explicava que as “revoluções americanas” apresentavam padrões “inteiramente diferentes” das “agitações européias”, pois, naquelas poderia se observar “desde logo que as idéias motrizes valem quase sempre menos do que os indivíduos que as encarnam”; de modo que “pequenos e subalternos antagonismos pessoais, mal compreendidas razões de amor próprio, abstrações mais ou menos platônicas, pontos de vista puramente individuais geram, com pequenas interrupções e por toda parte, verdadeiras conflagrações”. Na visão de Collor, nos movimentos “americanos” faltava “a convicção da responsabilidade, o sentimento da ordem, o gosto da obediência, a disciplina social”, prevalecendo, isto sim, a “mazorca”, que seria a “moléstia do continente”, uma vez que eram gerados a partir da “exaltação da liberdade nas multidões” e do “misticismo ególatra dos caudilhos”. Neste sentido, concluía o autor que esta era “a psicologia das revoluções americanas”, nas quais “idéias novas elas não trazem no seu bojo” e “costumes, só os modificam para pior” (Collor. p. 8-10). Ainda que não fizesse referência direta, ao discriminar as “revoluções americanas”, Lindolfo Collor estava se referindo também aos processos revolucionários que marcavam a década de vinte no Brasil e, mormente, a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, verdadeira herança dos antagonismos políticos rio-grandenses não resolvidos desde a Revolução Federalista. Neste sentido, estas revoltas são aproximadas dos movimentos que marcavam a conjuntura platina, considerados como caudilhescos e não norteados pelas idéias, ao contrário do “modelo europeu” de revolução, inspirado em ideais e não em personalismos, rubrica esta na qual, nas entrelinhas, o autor incluiria a Farroupilha, de acordo com as aspirações de sua geração de buscar uma nova colocação do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro de então (ver Alves, 1999. p. 79-85).

Jorge Salis Goulart, por sua vez, em sua *A formação histórica do Rio Grande do Sul*, na qual pretende abordar a história gaúcha através de uma proposta “sociológica”, também faz significativas distinções entre a natureza das revoltas de 1835 e 1893. A obra de Goulart é eivada de pressupostos deterministas, de generalizações e de preconceitos raciais (ver Flores, 1989. p. 42-4)

os quais marcam sua distintas visões a respeito daqueles processos revolucionários. Nesta linha, o autor afirma que “a revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que os fenômenos caudilhescos do Prata foram executados por um número enorme de mestiços”, ou quais se caracterizariam “principalmente pelo instinto de ferocidade, da vingança e da rapacidade, que tão comumente se encontram juntos nas agitações do caudilhismo platino”. Goulart compara a Farroupilha com as revoluções ocorridas no Prata, destacando que “o gaúcho platino é um rebelado contra a sociedade e as leis que a dominam”, de modo que “o caudilho que chega à suprema governança não visa o bem público, porque ele o não compreende”, tratando-se de um “autocrata rude e bronco”, ao passo que “o rio-grandense é o contrário”, pois, “em 35, ele se rebela para dar à sua terra um governo mais seguro, mais de acordo com as necessidades de seu povo”. Sobre o conteúdo de violência nas revoluções do século XIX, o escritor defende que “os casos esporádicos de vandalismo da revolução de 35 no Rio Grande do Sul contrastaram com a degola generalizada na mesma época na Argentina”, onde era “costume dos bandos revoltosos” a existência de “grupos de profissionais que farejavam pelos campos de batalha o sangue das vítimas”. A este respeito, Goulart concluía que “da leitura da história do Prata nos fica sempre uma dolorosa impressão de caos e de anarquia”, onde, “no meio do tumulto das ambições caudilhescas, se entrecruzam os desmandos mais temíveis, as violências mais tenebrosas”. Neste sentido Salis Goulart elege a Farroupilha como a revolução ideal, sem nenhum grau de comparação com as “caudilhescas” revoltas platinas; porém sobre a Federalista, o autor se limita a afirmar que “o Rio Grande do Sul de 35 não é o mesmo de 93” (Goulart. p. 105-6, 109-111 e 198), deixando implícita uma certa aproximação da Federalista com os movimentos platinos, não fazendo, no entanto, esta inferência diretamente, uma vez que a mesma poderia prejudicar seus pressupostos deterministas e racistas de superioridade dos sul-rio-grandenses, restando mais uma vez um certo silenciar quanto aos fenômenos de 1893-95.

Neste contexto, as revoluções Farroupilha e Federalista têm sido incorporadas à construção historiográfica sul-rio-grandense como manifestações do “espírito revolucionário” dos gaúchos, porém, cada uma delas descrita e reconstruída historicamente de modos diferentes pelos escritores da História do Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva historiográfica, onde predominou a abordagem sob o prisma de uma dicotomia entre ambos os movimentos, buscando caracterizá-los como completamente discrepantes entre si, os escritos de Carlos Dante de Moraes constituem-se naqueles que mais a contento representam esta maniqueísta discrepância entre as revoltas de 1835 e 1893. Foi no capítulo “Trinta e Cinco e Noventa e Três”, de seu livro *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense* que Dante de Moraes dedicou-se mais especificamente a traçar um paralelo entre aquelas duas guerras civis². Na obra em questão, o autor busca montar um arcabouço argumentativo para construir duas imagens, destacando os condicionantes positivos (Farroupilha) e negativos (Federalista) dos processos revolucionários e tentando embasar suas asserções numa “memória coletiva” dos sul-rio-grandenses (Moraes. p. 134-5).

Segundo Dante de Moraes, a Revolução Farroupilha foi norteada por princípios ideológicos “puros” e “pelo sentimento religioso, a razão, a moral e o cavalheirismo”, ocorrendo a

² A primeira edição do ensaio “Trinta e Cinco e Noventa e Três” foi publicada na Revista *Província de São*

partir de uma série de circunstâncias através das quais “puderam os seus chefes e inspiradores manter intacta a sua mentalidade ideológica humanitária, cristã, cavalheiresca e fraterna”. Também sobre a Revolução de 1835, o autor determina que esta, embora tivesse a participação da “gente campeira e dos principais estancieros”, não teria sido “um movimento propriamente do campo”, mas sim “de irradiação visivelmente urbana”. Ele associa a isso o argumento de que a revolta fora conduzida basicamente por setores ilustrados e letrados da comunidade gaúcha, como “padres já célebres em rebeliões passadas, maçons forrados de filosofia política, homens cultos, manejando a pena com desembaraço, ilustrados oficiais do exército” e “membros de sociedades literárias”, ou ainda, “poetas que não se continham ante a fisionomia épica dos acontecimentos”, o que tornara o “ciclo farroupilha” fértil “de trovas populares, de poetas letrados que versejavam à maneira clássica dos últimos arcades”. Em síntese, o escritor definia os líderes da rebelião como uma “elite moral de intelectuais e guerreiros” (Moraes. p. 134 e 136-7).

Neste sentido, o autor explica que “os chefes rio-grandenses, não obstante a formação campeira de tantos deles, só se sentem bem obedecendo à forma legal, aos ditames morais, aos princípios religiosos”; havendo, “mesmo na sua rebeldia, escrúpulos de consciência que lutariam dramaticamente com as convicções que lhes armavam o braço”. Para Dante de Moraes, a luta pela liberdade representava o elo de ligação e único norte de convicção dos rebeldes farrapos, “todos amando a Liberdade com letra maiúscula”, de maneira que se poderia sentir nas suas palavras “o alvoroço de um sentimento que, no Brasil, recém-madrugava e, por isso, adquire para nós uma sonoridade romântica”, uma vez que, “o Rio Grande nesse decênio agitado, se torna o campo de experiência e aplicação de princípios novos e aspirações libertárias, identificando no mesmo ardor incontido homens de procedências as mais diversas” (Moraes. p. 136-7).

Além de ter por objetivo dar um caráter urbano e “ilustrado” às lideranças rebeldes, Moraes também nega que as mesmas pudessem ser consideradas como representantes do caudilhismo. Para ele, àqueles líderes não era atribuível como “fundamento social e histórico o título de ‘caudilhos’”, sendo essa uma “designação que assenta mal aos chefes guerrilheiros de Trinta e Cinco”. O autor ainda imputa aos farrapos uma predominante “influência espiritual” de “sentimentos religiosos”, através da “doutrina cristã”, da “moral católica”; e afirma que, nos “espíritos” rebeldes “a idéia de criatura andava sempre associada à idéia de criador”. Neste sentido, o escritor explica que “esses sentimentos, ditames e princípios é que fizeram dos chefes de Trinta e Cinco um grupo de escol, de vigorosa influência moral, capaz de conter os açaimos, dominar e dirigir os impulsos da massa anônima”, os quais seriam “tão fáceis de deflagrar em licença nos dias de convulsão”. Ele confirma esta perspectiva, ao destacar que do “decênio memorável” ficara “um marcado respeito pelo homem, na sua condição fundamental de ser moral e espiritual, e a submissão reverente aos valores éticos e religiosos”, de onde adviriam “aqueles atos, tão numerosos, de fraternidade cristã, nobreza de alma e generoso cavalheirismo” (Moraes. p. 135 e 138-9).

Assim, para Dante de Moraes este espírito “fraterno”, “cristão” e “cavalheiresco”, teria servido para forjar uma revolução humanitária e até fraterna, uma vez que daqueles ideais adviria uma suavização dos conflitos e rivalidades presentes entre 1835 e 1845, pois, embora chegue a

reconhecer, durante a guerra, práticas de violência de parte a parte, considera-as como casos isolados e obras de indivíduos, em geral, fora do controle dos grupos ou de lideranças. Segundo o autor, aqueles princípios teriam servido para refrear a explosão “da desforra campeira, do relaxamento da coação e da disciplina e da liberação dos instintos represados”, os quais poderiam resultar de uma luta que “se prolongou por dez anos, período suficiente para desgastar ânimos mais rijos e propiciar a irrupção de paixões inferiores”, porém, de acordo com Moraes, o que prevaleceu foi “uma preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir”, de modo que o “elemento humano da rebelião farroupilha, mais que conduzido, é fortemente influenciado e inspirado” por aquela “elite moral” que liderou a revolta (Moraes. p. 134).

Ainda a respeito da Revolução Farroupilha, Moraes destaca que “o que predominou foi sempre o sentimento inarraigável de brasilidade”, com o qual “os propósitos, os interesses e a combatividade dos rio-grandenses estiveram sempre ao serviço férreo da autoridade central: rei, imperador ou regente”(Moraes. p. 133). Nesta linha de raciocínio, o autor contempla alguns dos pressupostos do discurso historiográfico luso-brasileiro que visa identificar toda a formação histórica gaúcha com um caráter nacional português e brasileiro, em detrimento de uma visão que reconheça as influências platinas na região, ao defender a tradicional versão de que, em nome da brasilidade, os farroupilhas negaram-se a receber auxílio do Prata, ou ainda que só tinham feito a república e determinado a ruptura político-institucional com o Império a partir da “intransigência” do governo central.

À Farroupilha, Carlos Dante de Moraes contrapõe a Revolução Federalista, considerando-a como “desprovida” das virtudes atribuídas aquela. Fazendo um levantamento da evolução da marginalidade e da criminalidade no Rio Grande do Sul, entre os dois movimentos, o autor explica “a feição cruel da Revolução de 93”, a qual teria a “muito ativa” participação “do elemento campeiro, obscuro, anônimo, que se forra à responsabilidade, à sombra de chefes e dos homens sem entranhas, feixes de impulsos perversos, curtidos na carreira do crime”. Ele associa à Federalista o surgimento dos “caudilhos” e dos “numerosos caudilhetes” aos quais caberia bem “a denominação platina, e atrás deles o elemento cidadão agauchado e, sobretudo, a massa campeira” (Moraes. p. 142 e 164), fatores todos negados quando de sua análise sobre a revolta dos farrapos.

O escritor aponta uma “diferença ideológica entre Noventa e Três e Trinta e Cinco”, considerando a última como a “verdadeira revolução”, ou seja, “esta foi uma revolução, no sentido mais completo da palavra, no seu empenho de antecipar o ideal republicano e federativo”. Quanto a este aspecto, a Federalista, é diferentemente encarada pelo autor, uma vez que, ao confundir princípios parlamentaristas com reação monárquica, ele afirma que essa revolta lhe aparecia “como uma reação, pois visava restabelecer uma tradição parlamentar, que se quebrara violenta e fatalmente com a República” (Moraes. p. 165). Neste quadro, ao contrário do que fizera acerca da Revolução Farroupilha, ele estabelece profundas críticas aos líderes das forças rebeladas durante a Revolução de 1893, principalmente por não terem refreado o conteúdo de violência e todo o “mal” que teria cercado esta rebelião.

Ao fazer esta censura às lideranças da Federalista, Moraes afirma: “quando nós estancamos ante a violência e crueldade de Noventa e Três, assalta-nos a necessidade de indagar

por que razão os grupos dirigentes não souberam ou não puderam frear, como em Trinta e Cinco, os instintos anárquicos da massa rural, o desbordamento dos maus impulsos e da criminalidade”. Ele acusa ainda que, durante a guerra civil de 1893 “nunca se conjugou com tanto furor e determinação prática o verbo castigar”. Mais uma vez comparando os dois movimentos, o autor argumenta que o que mais feria a sua “visão histórica é a atitude dos elementos dirigentes” que, “ao invés de subjugar os impulsos anárquicos”, como fora feito “em Trinta e Cinco, eles se acumpliciam com os mesmos, tolerando-os indiferentes, quando não os utilizam ou estimulam abertamente”. Neste sentido, o escritor alinhava que “à sombra ou no resguardo dessa cumplicidade tácita ou deliberada é que Noventa e Três se torna a foz, o imensurável estuário da libido homicida, dos apetites de sangue, de violação e massacre, de tudo o que destrói a pessoa humana e o seu prolongamento patrimonial” advindo “daí aquele desrespeito absoluto à criatura humana” (Moraes, p. 162, 168 e 170).

Para Dante de Moraes, a Monarquia só deixara heranças malélicas à conjuntura política e social brasileira e gaúcha, pois “os chefes políticos, os fazendeiros de prestígio, os caudilhetes de vária procedência se entrosaram ardorosamente no mecanismo parlamentar do Império. Deste modo, quanto a estas lideranças, o autor explica que as “suas energias cívicas se concentram na luta política, nos embates partidários, como o melhor derivativo à sua combatividade”, enquanto que “a massa rural analfabeta, sem voto no sistema de sufrágio indireto, permanece fora da arena cívica”, e, desta massa, “boa parte dela age disciplinada ao lado dos seus chefes, na lida das estâncias”, porém, outra “fica à parte, seminômade, ingovernável e associal”. Segundo o escritor, foi este segmento da população rio-grandense o mais atuante durante a Federalista, pois, ao invés do “monarca das coxilhas, narciso de facão, altaneiro e valente”, teria prevalecido a figura do “*gaucho malo*, despido de cavalheirismo”, de maneira que esta rebelião revolvera “até o fundo uma sociedade onde havia grupos em estado semibárbaro e desajustamentos clamorosos” (Moraes. p. 143-4 e 169).

Ao apontar a Revolução Rio-Grandense de 1893 como uma “vasa imensa de ódios, crueldades e horrores”, Moraes propõe que se colocasse “uma cortina sobre os atos tétricos de Noventa e Três”, argumentando que seu “fito não é evocá-los e muito menos descrevê-los em sua minuciosa hediondez”, pois “precisaria haver da nossa parte um pouco de complacência sádica, que felizmente nos falta” (Moraes. p. 171 e 174). Nesta linha, ela adota a postura de diversos historiógrafos gaúchos que optaram por deixar a Federalista no limbo do esquecimento histórico, preferindo silenciar do que abordar seus intrincados elementos constitutivos³.

Na epígrafe de seu ensaio, no qual pretendia levantar “aspectos de psicologia social e política” das duas revoluções, o autor cita que “as exigências práticas que pulsam debaixo de cada juízo histórico, dão a toda a história caráter de ‘história contemporânea’”, de forma que, “por distantes

³ Para o autor, esta necessidade do silêncio diante da Federalista era proveniente das paixões e imparcialidades que marcaram o conflito e os escritos sobre ele entabulados: “O historiador de hoje se afasta dela como de uma época sinistra e malsinada, que não tenta o desejo nem a força de interpretação. Em contraste com a opulenta historiografia de Trinta e Cinco, a de Noventa e Três é escassa e defeituosa. Ante a análise imparcial e o desígnio de revelar a verdade, freme uma documentação apaixonada, que recende ainda a sangue e a pólvora. As acusações tremendas de que está cheia, as suas palavras de ódio e recriminação ferem a nossa serenidade e parecem reclamar que tomemos partido, que não fiquemos ante ela numa atitude de isenção e distância intelectual. Meio século decorrido não foi bastante para desafogar e clarear o horizonte histórico. Passamos por Noventa e Três como quem atravessa uma estância infernal. E quando saímos à luz, ciosos de visão objetiva, sentimos tristeza e acobramento” (Moraes. p. 128).

que possam parecer no tempo os fatos por ela referidos, a história, na realidade, está em relação com as necessidades atuais e a situação presente em que vibram aqueles fatos” (Moraes. p. 125). Nesta linha de pensamento, para legitimar suas asseverações profundamente negativas em relação à Revolução Federalista, Dante de Moraes apela à uma “memória coletiva” dos gaúchos, que perpassava entre as gerações e que teria plasmado aquelas identidades da “boa” e da “má” revolução:

Quão diferentes se representavam a nós, na meninice, os homens de Trinta e Cinco e os de Noventa e Três! dos primeiros, pais e avós nos falavam como se fossem deles familiares. O fervor das palavras, o interesse vivo que animava as narrativas, a dramaticidade dos lances descritos, enobrecidos por atos cavaleirescos, deixavam a nossa alma suspensa, absorta, divagando nostálgica através de um passado que não conhecêramos, épico e formoso. Quando, porém, nos diziam de Noventa e Três, a nossa receptividade mudava por completo, porque também era outra a atitude dos narradores. Ante o que era realmente de ontem, ficávamos desorientados e perplexos... Os acontecimentos se despiam de qualquer poesia, numa guerra dura, cruel, perversa. Referiam-nos ódios, vinganças, crimes hediondos, que tomavam conta da nossa visão, sem o recuo do tempo, como na crônica policial de atentados sensacionais. (...)

A quem tenta compreendê-la, a quadra em que se dilaceram republicanos e federalistas aparece inóspita, ingrata, anti-épica apesar dos seus heroísmos, sem coisa alguma da sedução e o prestígio do período farroupilha” (Moraes. p. 127-8).

Assim, o paralelo traçado por Dante de Moraes, na comparação entre as revoluções Farroupilha e Federalista, enquadra-se nas versões entabuladas pela historiografia tradicional a respeito dos dois movimentos⁴. Neste quadro, a guerra civil de 1835 aparece como detentora de todas as virtudes e na qual se originaram boa parte dos mitos e heróis da historiografia tradicional/oficial e das tendências ligadas ao regionalismo/tradicionalismo. Já a revolta de 1893 é normalmente “esquecida” ou “purificada” de seu conteúdo de violência, que, por sua vez, traduz o próprio contexto político-ideológico e sócio-econômico no qual ocorreu o movimento. Farroupilha e Federalista foram realmente diferenciadas em vários aspectos, mormente por terem ocorrido em momentos históricos diversos; essas discrepâncias, porém, não se resumem a esquemas simplistas e avaliatórios dos possíveis “méritos” de cada uma, tendo por sustentação o pressuposto maniqueísta da revolução “boa”, “verdadeira”, “não-caudilhesca” e “válida”, em detrimento da revolta “má”, “reacionária”, “caudilhesca” e “mal-liderada”.

Esta visão reducionista reproduz as características do contexto historiográfico no qual se inseriram os diversos autores ligados à historiografia tradicional e se tornaria uma recorrência em boa parte da produção intelectual acerca da história gaúcha. Edificou-se uma história da revolta dos farrapos através de uma versão romantizada, cheia de heroísmo e bravura, e representando-a como um movimento unificador das forças gaúchas. Enfim, enquanto a Revolução de 1835 é plasmada como um movimento unívoco e monolítico, a de 1893, sob o argumento da violência desenfreada, aparece como prenhe em equivocidades e quase como um paradoxo no conjunto da evolução histórica sul-rio-grandense, devendo, por isso, ser relegada a um segundo plano, ou ainda esquecida

⁴ Segundo Sandra Pesavento, “a Revolução Federalista é incômoda para o imaginário construído sobre o Rio Grande. Comparativamente à Revolução Farroupilha, não há como negar que essa guerra civil tinha muito mais a oferecer, enquanto imagem e discurso, para a elaboração de um sistema de representação que visa construir uma identidade regional” (Pesavento, 1993, p. 19).

no silenciar do historiador. Buscando legitimar seu pensamento através de supostas “isenção” e “objetividade”, os historiadores vinculados à historiografia tradicional contribuíram para plasmar as identidades de uma “revolução heróica”, a Farroupilha, e de uma “revolução fratricida”, a Federalista, rótulos que perpassaram por décadas marcando a construção historiográfica sul-rio-grandense a respeito daqueles movimentos e que, só nos últimos decênios, viriam a ser reestudados, repensados e retificados.

Referências bibliográficas

- ALVES, Francisco das Neves. Dois federalistas descrevem a tentativa de invasão do Rio Grande (abril de 1894). In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995a. p. 167-80.
- ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. 21. n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995b. p. 91-106.
- ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e “verdade histórica”. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1996. p. 85-101
- ALVES, Francisco das Neves. Silveira Martins X Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Revista Biblos*. v. 9. Rio Grande: Ed. da FURG, 1997. p. 35-44.
- ALVES, Francisco das Neves. A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão de Múcio Teixeira. In: *Anais da XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998a. p. 269-73.
- ALVES, Francisco das Neves. A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. *Revista Biblos*. n. 10. Rio Grande, Ed. da FURG, 1998b. p. 31-43
- ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X separatismo: Osvaldo Aranha e a construção de uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul. In: ALVES, F.N. (org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 79-85.
- ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Trajetórias da historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 11
- BORGES FORTES, João. O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 18 nov. 1930. p. 2.
- BORGES FORTES, Amyr. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. 6.ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.
- COLLOR, Lindolfo. A profecia de Bolívar. In: *Brasil – Uruguai*. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, 1925. p. 5-14.
- FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.
- FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 117-28
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Martins Livreiro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- GUSMÃO, Stella Dantas de. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Americana, 1911.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. A formação do regimento de dragões do Rio Grande de S. Pedro. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 127-35.
- MORAES, Carlos Dante de. Trinta e cinco e noventa e três. In: *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959. p. 125-75.
- OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v.2. p. 169-201.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Revolução Federalista: a memória revisitada. In: POSSAMAI, Z. (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 13-20.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio

- Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 65-82.
- PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3.
- SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1936. III trim. ano XVI. p. 219-36.
- SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 137-67.
- TORRES, Luiz Henrique. Historiografia sul-rio-grandense. *Utopia ou barbárie*. Rio Grande: APROFURG/Palmarinca, 1992. p. 93-104.
- TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos manuais de história (1896-1928). In: ALVES, F.N & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 83-90.
- TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo: a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-1957)*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998.